

RELATÓRIO GERENCIAL DE ATIVIDADES

UNIDADE 1 – CREDENCIAMENTO E ESCOLHA DAS ATs

1.1. Providências Preliminares

1. Análise dos currículos, entrevistas e finalização da contratação da equipe;
2. Contratação de consultor responsável por logística;
3. Contratação de consultor para assuntos indígenas;
4. Alinhamento e formação da equipe, incluindo curso de compliance, bem como planejamento e detalhamento das atividades;
5. Finalização dos Termos de Referência e das Chamadas Públicas para Organizações de Assessoria Técnica, após análise do Ministério Público;
6. Definição da estratégia de divulgação do processo de credenciamento;
7. Produção e distribuição de flyers para divulgação *in loco* do processo de credenciamento;
8. Inserção do texto das Chamadas Públicas no site do Fundo Brasil;
9. Lançamento e divulgação dos editais de credenciamento;
10. Contratação, desenvolvimento e implantação de ferramenta de gestão de projetos;
11. Compra de novos equipamentos.

1.2. Visitas de Campo para mobilização e acompanhamento de escolhas

1. Contato inicial com grupos e coletivos contatados na fase preliminar dos trabalhos (janeiro/março 2018) para atualização de informações;
2. Reunião com representantes dos Camaroeiros atingidos no ES, a convite do Ministério Público;
3. Reunião com a Comissão Local de Atingidos de Barra Longa;
4. Participação em reuniões com Atingidos em Aimorés/MG, Conselheiro Pena/MG, Itueta/MG, Regência/ES, Caieiras Velha/ES, Baixo Guandú/ES e Colatina/ES, a convite do Ministério Público.

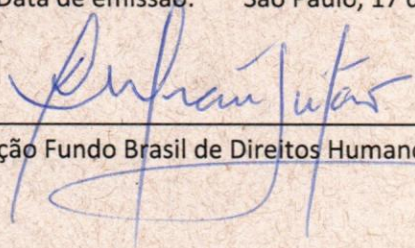
1.3. Reuniões com MP, organizações e procedimentos

1. Participação em reunião do GT em Vitória, com FGV, Lactec e Ramboll, a convite do MPF;
2. Reunião com GT formado pelo Ministério Público Federal e Defensoria Pública do Espírito Santo em Vitória/ES;
3. Participação na Sessão Solene de Conciliação para homologação do TAC Governança e do Aditivo ao TAP, a convite do MP.

1.4. Análise prévia de propostas

1.5. Realização de reunião com comissões de atingidos instaladas

Local/Data de emissão: São Paulo, 17 de agosto de 2018


Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos

